

Dilemas da liberdade

GILBERTO DUPAS

O Estado de São Paulo - Sábado, 28 de junho de 2003

Para um indivíduo que vive na sociedade contemporânea, o que significa ser livre? Na doutrina liberal clássica, ser livre era gozar de uma esfera de ação relativamente ampla, protegida do controle estatal; na democrática, que emergiu da modernidade, ser livre significa criar leis para si mesmo. No Estado liberal, o poder público é o mais restrito possível; no democrático, são numerosos os órgãos de auto-regulação. Os Estados modernos haviam tentado uma gradual integração entre essas duas doutrinas: de um lado, que fosse deixada à livre determinação aquilo que o indivíduo estava em condições de decidir sozinho; de outro, onde era necessária uma decisão coletiva, que se garantisse ao indivíduo participação, de modo que esta fosse - ou parecesse ser - uma livre determinação do seu querer mediante uma norma coletiva.

Duas tendências se acabaram firmando durante a transição para a pós-modernidade: do lado europeu, a social-democracia representava a concretização dos direitos civis e políticos universais no campo social, incluindo as garantias coletivas ao trabalho; já a vertente norte-americana deu prioridade às prerrogativas da personalidade civil, estendendo-as às corporações. Inaugurou-se, assim, uma sociedade de caráter corporativo e organizacional, com características decisórias, programáticas, informáticas e de imediatismo operacional. Nela, as corporações dispõem de informações de uma forma privilegiada e determinam a estruturação do espaço público por meio das mídias, adquirindo na prática um certo monopólio de acesso a ele.

Assim, as empresas - impulsionadas pela eficiência e por escalas globais - tornaram-se os sujeitos mais importantes da esfera política e da sociedade civil, dominando o espaço público. Suas decisões sobre os caminhos da tecnologia estabelecem o número e a qualidade dos empregos; e definem produtos que se transformarão, via controle midiático, em objetos de nosso desejo. A referência à cidadania não desaparece, mas resiste apenas em seu último baluarte: o de participação em eleições cujos candidatos adotam estratégias copiadas do marketing empresarial. A diferença entre a identidade individual e a identidade coletiva tende a confundir-se. Isso significa igualmente a diluição das fronteiras entre vida política, sociedade civil e vida privada. Nesse contexto, o indivíduo, cada vez mais dividido entre múltiplos pólos de identidade pouco definidos e contraditórios, também revela sua crise de identidade. A personalidade narcísica, dirigida pelo olhar do outro e sempre ansiosa por um reconhecimento concreto, por mais

efêmero que seja - ao estilo dos 15 minutos de glória de Andy Warhol -, substitui a personalidade ética sustentada pelo seu giroscópio interior, para usar conceitos de Michel Freitag.

Liberdade, no entanto, também tem muito que ver com proteção da privacidade.

Na sociedade contemporânea, um dos seus mais importantes inimigos é a progressiva construção de uma rede de vigilância que mapeia e controla os atos individuais. Trata-se de um fenômeno global que diz respeito tanto aos consumidores como aos cidadãos; e se refere à maneira como nossas informações pessoais estão sendo armazenadas em bancos de dados computadorizados públicos e privados. David Lyon propõe dois modelos para entender a sociedade contemporânea da vigilância: o Big Brother de Orwell e o Panopticon de Bentham. Em Orwell, o Estado usa seu aparelho burocrático como uma presença onisciente que controla de perto os movimentos e os pensamentos dos cidadãos. A informação e a tecnologia assumem o papel do controle social e acarretam a perda da intimidade - elemento fundamental da dignidade humana -, resultando em sociedades despidoradamente transparentes.

A vigilância é imperceptível, generalizada e não autorizada pelo cidadão, sendo impossível saber quando se está só. Já em Bentham, a imagem é de uma prisão semicircular com um órgão de inspeção central que permanece invisível aos cidadãos-prisioneiros. Utilizado por Foucault, esse modelo incorpora a nova forma de disciplina social da modernidade, limpa e racional, que se difunde por todo o tecido social.

A formação e o controle de conhecimento especializado aumentam o poder.

Poder e conhecimento se realimentam num processo circular. As tecnologias da informação facilitam a convergência das práticas de vigilância no governo e no setor privado. Apesar das alegadas restrições legais e éticas, os containers de informação pessoal são porosos e circulam assimetricamente de acordo com o poder organizacional e social; são mercadorias preciosas; vendidas legal ou clandestinamente a alto preço e passando de mão em mão, sejam simples informações cadastrais, declarações individuais de rendimento e bens ou de compras por cartão. E esses códigos habilitam, desabilitam, admitem, excluem, conferem crédito e desacreditam, levando à progressiva privatização da cidadania. O grande olho torna-se a arma do desejo, insaciável por mais informação, transformando os detentores do poder - Estados, empresas e indivíduos - em delirantes voyeurs. Aos cidadãos comuns sobram os controles em suas casas, portarias e das baby-sitters, bem como se entregar aos programas de TV ao estilo reality shows.

Um mundo tão completamente auto-referenciado, que se impõe pela força produtiva das novas tecnologias, é capaz não somente de invadir progressivamente o espaço de liberdade, mas de substituí-la. O problema crítico não está no espaço fundamental que a técnica adquiriu na vida humana e social, mas no fato de que ela se tenha emancipado de sua posição subordinada aos interesses da sociedade.

Como conciliar liberdade e autonomia? Como resgatar a liberdade como um elemento da responsabilidade, que preencha as mentes dos homens vazios, voltados para escolhas narcísicas? Como fazer com que a sociedade civil se auto-regule e reassuma o destino democrático da construção de uma macroética que reintroduza valores nos caminhos da civilização? Esses são alguns dos grandes desafios e dilemas em torno da liberdade neste tumultuado início de milênio, questões que aprofundo em meu mais recente livro, *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado* (Paz e Terra).

Gilberto Dupas é coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais